



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **13 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 1 de abril de 2011

<b>A CRITICA</b> Ministra de Pesca e Aquicultura diz que peixe é o 'boi da Amazônia' ..... 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Deputado Federal pedirá que ministro intervenha na Suframa ..... 3 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Semef anuncia que vai isentar segmento gráfico de recolher ISS ..... 4 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> GOVERNO ENVIA PARA O CONGRESSO PROJETO PARA CRIAR NOVO MINISTÉRIO ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> DESENVOLVIMENTO ASIÁTICO PODE AJUDAR INDÚSTRIA BRASILEIRA, DIZ ECONOMISTA ..... 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> GOVERNOS REGIONAIS PUXAM SUPERÁVIT ..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL DA AMAZÔNIA</b> Suframa divulga nota sobre denúncias de irregularidades ..... 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ASSESSORIA SUFRAMA</b> Nota de Esclarecimento Suframa ..... 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ASSESSORIA MDIC</b> Primeiro trimestre de 2011 registra saldo positivo de US\$ 3,173 bilhões ..... 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> BRASIL DESPONTA COMO NOVO POLO DE INOVAÇÃO ..... 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA.COM</b> Zona Franca de Manaus nega irregularidades de superintendente ..... 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL A CRITICA</b> Suframa diz que denúncia não tem interesse com o comprometimento público ..... 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>PORTAL A CRITICA</b> Deputado federal Francisco Praciano vai pedir intervenção da Suframa ..... 15 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO <b>A CRITICA</b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>Ministra de Pesca e Aquicultura diz que peixe é o ‘boi da <u>Amazônia</u>’</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**Ideli Salvatti, do Ministério da Pesca e Aquicultura, refere-se ao potencial por ser explorado na piscicultura na Região**

**Manaus, 01 de Abril de 2011**

**Cimone Barros**

Ministra reuniu-se pela manhã com Amazonino Mendes e, à tarde, entregou com ele dois caminhões frigoríficos

“O peixe é o boi da Amazônia”. Essa é a metáfora que a ministra de Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti (PT), utilizou para justificar o potencial pesqueiro do Amazonas, o qual só será aproveitado plenamente mediante arranjos produtivos locais com a criação de quatro polos - Alto Solimões (Benjamin Constant), Baixo Amazonas (Parintins), Manacapuru e Purus.

Ela também lembrou que o terminal pesqueiro está numa briga judicial, pois “apareceram vários proprietários do terreno” onde ele foi construído, no bairro Colônia Oliveira Machado.

A proposta da ministra, que se reuniu nesta quinta-feira (31) com o governador Omar Aziz e depois com o prefeito Amazonino Mendes, é desenvolver toda a cadeia da pesca e da criação de peixe nos quatro polos.

Isso inclui a produção de alevinos, ração, industrialização e comercialização. Ideli não soube dizer o volume de recursos necessários. Os estudos ainda serão realizados, mas ela garantiu que haverá linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), via Fundo da Amazônia.

Há 15 dias o BNDES firmou convênio de cooperação como MPA, para desenvolver o setor apontado em estudo do banco a alta lucratividade nos investimentos realizados na pesca e aquicultura.

“Esses recursos do BNDES estão aí disponíveis não só para preservar, mas principalmente para os projetos de desenvolvimento que não agredem o meio ambiente”. Para Omar, o mais importante é a geração de emprego e renda no Estado, e garantir a floresta em pé.

“É dessa forma prática, pragmática que vamos resolver os problemas da pesca, investindo na cadeia produtiva”. Os projetos ainda não têm prazos definidos para serem implantados, já que existem iniciativas de produção de alevinos e salga de peixe, fábrica de gelo em alguns municípios.

Nesse tempo precisa ser desatado um nó na cadeia, a ração, que aqui tem um alto custo. O saco de 25 kg custa R\$ 25; em Rondônia, R\$ 19.

Segundo Ideli, é preciso trazer um dos ingredientes mais importantes da ração, a soja, que vem da região Centro-Oeste, via Rio, até o porto de Itacoatiara (a 176 quilômetros de Manaus). “Infelizmente não fica um grão de soja aqui, e vamos ter que mudar isso”.

### **Esportiva**

Outra frente trabalhada na reunião do governador com a ministra é a pesca esportiva, que não praticamente não deixa nada de divisas para os municípios.

“O Amazonas tem grande potencial na pesca esportiva. Mas não pode ser no modelo desenvolvido aqui, porque o dinheiro fica com as grandes operadoras. O que nós queremos é ter regras muito claras para que os recursos possam ficar no Brasil, nos Estados e nos municípios”, enfatizou.

Nas próximas semanas o MPA vai apresentar projeto que visa regularizar o setor e ele será articulado com os Ministérios do Turismo, Esporte e Meio Ambiente.

No **Amazonas**, a pesca esportiva é desenvolvida principalmente no município de Barcelos e na vila de Balbina (Presidente Figueiredo). Também foi discutida uma ação integrada com os **Ministérios** da Justiça e da Defesa para evitar a evasão, contrabando de peixe ornamental e evitar que o peixe sirva de embalagem para o tráfico de drogas.

### **Dois caminhões frigoríficos**

O ministra Ideli Salvatti entregou no início da tarde dois veículos, um caminhão frigorífico e um caminhão feira, que servirão para estruturar a cadeia produtiva além da entrega simbólica de uma fábrica de gelo, no Puraquequara.

No Estado, serão 11 fábricas. Os equipamentos têm dois objetivos: pegar o peixe diretamente do pescador artesanal fazendo que ele consiga ter um preço melhor, transportar o pescado com segurança e levar o peixe fresco até às comunidades que não tem condições financeiras de se deslocar até o **supermercados** ou **mercados**.

“Nós precisaríamos chegar a cinco caminhões feira, o prefeito está me pedindo o triplo. Mas vamos depender dos senadores fazerem emendas”, brinca Ideli. “O caminhão vem para melhorar a vida do

pescador, acabando com atravessador, e melhorar a do consumidor”, destacou Amazonino Mendes.

De acordo com o secretário municipal de **Produção** e Abastecimento, a fábrica de gelo terá capacidade de 1,2 mil kg/dia e atenderá 28 comunidades do Puraquequara.

### **Frustração**

A ida da ministra da Pesca, Ideli Salvatti, ao município de Manacapuru gerou dor de cabeça a mais de 800 pescadores da cidade e municípios adjacentes.

A categoria aguardou em vão a presença da ministra para reunião, que vinha sendo articulada desde o último dia 27 de março com o senador João Pedro (PT).

De acordo com o presidente do Sindicato Estadual de Pescadores, Ronildo Nogueira, as costuras para a reunião, que deveria ter ocorrido na tarde desta sexta-feira (1) no Galpão da Ciranda Tradicional, no bairro de Terra Preta em Manacapuru, iniciaram na semana passada.

	VEÍCULO DIÁRIO DO <b>AMAZONAS</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Deputado Federal pedirá que ministro intervenha na <u>Suframa</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO LOCAL	

**A decisão de Praciano foi tomada após a divulgação da ação do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF) que acusa o contrato da Suframa com a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi)**

[ i ] Praciano disse que já ligou para o gabinete do ministro PIMentel para marcar uma audiência para a próxima semana.

**Manaus** - O deputado federal Francisco Praciano (PT/AM), que na próxima terça-feira será eleito coordenador da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção no Congresso Nacional, informou hoje que vai pedir ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel (PT), intervenção na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em função dos escândalos envolvendo a administração da autarquia.

A decisão de Praciano foi tomada ontem, após a divulgação da ação do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF) que acusa o contrato da Suframa com a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi), que envolve, desde 2004, R\$ 416.586.460,92, de ser uma “orgia” com o dinheiro público. A Fucapi mantém contratos com a Suframa desde 1982, quando foi criada, por iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) e do Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais (Geicom), ligado ao Governo Federal.

Praciano disse que já ligou para o gabinete do ministro PIMentel para marcar uma audiência para a próxima semana. “Antes de tudo, quero dizer que não tenho cargos no governo e não pretendo indicar ninguém”, disse ele, que defende que a administração da Suframa não seja incluída em cotas partidárias nem do PT nem do PMDB. “Defendo uma administração vigilante, competente, moderna e com autoridade, indicada pelo próprio Governo Federal”, disse.

Para o deputado, a Suframa deixou de ser um órgão que gerencia o único modelo de desenvolvimento econômico do Amazonas para se transformar no que ele chamou de “agência de despacho”, de entrada e saída de mercadorias, diminuindo os índices de nacionalização, aumentando importações, aprovando Processos Produtivos Básicos (PPB) “sem muitos critérios” e que acabam prejudicando empresas tradicionais do Pólo Industrial de Manaus (PIM).

De acordo com ele, a administração da Suframa não considera que a autarquia é uma agência de desenvolvimento que não pode abrir, com escândalos de corrupção, flancos para os adversários do modelo ZFM, que, lembrou, acaba de obter o apoio da presidente da República, Dilma Rousseff, para permanecer por mais 50 anos. “Como a administração da Suframa pode exigir descontingenciamento de verbas? Para fazer orgia, como acusa o Ministério Público? Para a verba ser desviada, como fizeram com os recursos para as obras de recuperação das obras do Distrito Industrial? Estão brincando com o dinheiro público?”

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u></b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Semef anuncia que vai isentar segmento gráfico de recolher ISS</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

**Empresas devem ter projetos aprovados pelo CAS e o Codam.**

**Manaus** - As empresas do segmento gráfico instaladas no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** estão desobrigadas de pagar o Imposto Sobre Serviços (ISS), desde que atendam algumas exigências, como ter os projetos aprovados pelo Conselho de **Desenvolvimento** do **Amazonas** (Codam) e o Conselho de Administração da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (CAS).

A decisão consta do Decreto nº 799/2010, publicado no Diário Oficial do Município (DOM) do último dia 24. O documento estabelece que as atividades de composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, quando executadas por empresas do **PIM**, estão isentas de recolher ISS desde que haja parecer técnico da Secretaria Municipal de Finanças e Controle Interno (Semef).

A decisão da Prefeitura vai contra a Súmula 156 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de junho de 2009, que determinou aos municípios a responsabilidade da cobrança de ISS sobre alguns tipos de serviços gráficos sob encomenda, ainda que envolva fornecimento de **mercadorias**, e o

cancelamento da cobrança de Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) pelos governos estaduais.

De acordo com o secretário da Semef, Alfredo Paes, as empresas não precisam se preocupar em fazer um estudo econômico da atividade e submetê-lo ao crivo da Semef. "As empresas devidamente instaladas no **PIM** já têm esse parecer da secretaria, que é feito juntamente com o aval do Codam e CAS, quando a empresa solicita autorização para entrar no **PIM** e gozar dos incentivos fiscais". Paes declarou que a intenção em extinguir a cobrança do imposto partiu de um acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) como medida de incentivo a instalação de novas empresas na cidade e para "acabar com disputas fiscais do ISS contra o **ICMS** no polo gráfico do **PIM**".

No ano passado, a Prefeitura Municipal de **Manaus** (PMM) arrecadou R\$ 359,6 milhões com ISS. O valor foi 21,51% maior que os R\$ 296 milhões de 2009. Paes garantiu que o impacto da renúncia com o ISS não será sentido pelo cofre municipal e que a Prefeitura ainda saiu ganhando com a medida.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>GOVERNO ENVIA PARA O CONGRESSO PROJETO PARA CRIAR NOVO MINISTÉRIO</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**DE BRASÍLIA - A presidente Dilma Rousseff enviou ontem ao Congresso projeto de lei que cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa.**

**Com status de Ministério, a criação do órgão é promessa de campanha de Dilma.**

A decisão de mandar um projeto de lei (que precisa ser aprovado), e não uma medida provisória (de validade imediata), se deu pelo fato de o governo avaliar que a criação do Ministério, apesar de importante, não é urgente.

A Folha apurou que Dilma quer evitar o excesso de MPs, além de jogar os gastos para o segundo semestre.

Entre os cotados para assumir a pasta está Alessandro Teixeira, secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Também serão consumadas nomeações e indicações para três agências reguladoras, entre eles a do ex-ministro Pedro Brito (Portos) para a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>DESENVOLVIMENTO ASIÁTICO PODE AJUDAR INDÚSTRIA BRASILEIRA, DIZ ECONOMISTA</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### De Brasília

Se quiser sustentar sua indústria, o Brasil precisa urgentemente de uma estratégia capaz de apoiar um plano para os próximos dez a 15 anos, com propostas de relacionamento econômico e comercial com a China, alerta o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Antônio Barros de Castro, consultor do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). "A indústria do Brasil foi remodelada para competir com Estados Unidos e Europa, e se vê num vazio, se tornou internacionalmente descartável", disse Barros de Castro, um dos principais especialistas em política industrial do país. "É uma indústria sem relevância, ressaltados alguns pontos."

Barros de Castro, que voltou recentemente de uma viagem à China, onde também acompanhou as discussões políticas do 12º Plano Quinquenal, diz que o país, "ávido por transformação", está modernizando seus processos produtivos e ampliando o conteúdo tecnológico de seus produtos, o que abre oportunidades para o Brasil apresentar propostas de desenvolvimento conjunto. "Estão interessados em tudo que diga respeito a indústrias verdes, por exemplo", exemplifica o economista. "A indústria automobilística chinesa não têm interesse em etanol combustível, mas usa muito plástico, podemos investir em plástico baseado em etanol".

Para o economista, os modelos anteriores, de busca de produtos competitivos com os chineses ou de nichos de mercado na China, são insuficientes para garantir sustentação da indústria brasileira. A indústria, no Brasil, cada vez mais, será afetada pelos efeitos macroeconômicos - como a valorização do real e o aumento de importações baratas - da gigantesca demanda chinesa por matérias-primas e insumos do Brasil, como petróleo, minério de ferro e outros metais, alimentos ou pastas de madeira.

Para aproveitar a expansão chinesa, será preciso participar do desenvolvimento industrial asiático, criando novas indústrias e aproveitando vantagens competitivas brasileiras, defende Castro. "A Petrobras, por exemplo, precisará de ligas de aço sofisticadíssimas, para o pré-sal. É esse tipo de tecnologia de usos múltiplos em que precisamos investir, não na construção de estaleiros", indica.

O economista diz que a China passou a ter, nos últimos anos uma característica surpreendente em seu modelo de desenvolvimento: há dez anos, imaginava-se que o seu crescimento exigiria adaptações em todas as partes do mundo. Agora é a própria China que está se adaptando a um novo perfil, de mercadorias baseadas em conhecimento, buscando garantir matérias-primas em todo o mundo e voltada ao aumento de consumo interno. "A China também está construindo a infraestrutura mais eficiente do mundo", nota Barros de Castro, ressaltando que o país é apenas a "ponta de lança" de um sistema altamente competitivo de países asiáticos interligados, do Japão ao Vietnã.

"O chinês fala da complementaridade China-Brasil, mas esse é o problema", insiste. O Brasil, com a receita prevista da venda de petróleo, minérios e grãos, tem possibilidade de sustentar suas contas externas, enquanto faz as adaptações necessárias ao futuro, movido pela economia chinesa, aponta Castro. "Talvez o Brasil tenha alguns anos para transitar a uma situação melhor, redirecionar indústrias e tecnologia, para explorar o mercado chinês", diz. "Também teremos de estar lá, em indústria, basicamente criativa." (SL)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>GOVERNOS REGIONAIS PUXAM SUPERÁVIT</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Fernando Travaglini | De Brasília

O superávit primário do setor público brasileiro em fevereiro foi de R\$ 7,913 bilhões, o maior valor para este mês em toda a série histórica do Banco Central, iniciada em 2001. No mesmo período do ano passado, o superávit foi de R\$ 3,175 bilhões. A maior contribuição para o resultado, no entanto, veio dos governos estaduais, que tiveram superávit primário recorde, de R\$ 4,323 bilhões.

Os municípios fizeram economia de R\$ 385 milhões. O governo central, que inclui a União, o BC e o INSS, também contribuiu com R\$ 2,530 bilhões no mês para o resultado primário consolidado do setor público.

Na avaliação do BC, está havendo um "retorno à normalidade", afirmou o chefe interino do Departamento Econômico do BC, Tulio Maciel. Segundo ele, o número reflete o dinamismo da expansão da economia no ano passado, que levou a uma maior arrecadação de tributos, como o Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)**, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR).

Há, contudo, uma moderação em alguns gastos públicos, que já crescem menos do que o Produto Interno Bruto (**PIB**) nominal em 12 meses, como é o caso das despesas com pessoal, encargos e outros benefícios.

"Temos claramente uma melhoria no desempenho das contas públicas, que reflete, de um lado, o desempenho econômico, que repercute na arrecadação de tributos mais sensíveis ao crescimento, como também há alguns agrupamentos dos gastos públicos crescendo abaixo do **PIB** nominal, como pessoal e encargos e outros benefícios", disse Maciel.

No primeiro bimestre do ano, o superávit primário do setor público consolidado somou R\$ 25,6 bilhões, o equivalente a 21,8% da meta para 2011, fixada neste ano em termos nominais em R\$ 117,9 bilhões. Em igual

período de 2010 e 2009, o superávit primário correspondia a 15,2% e 13,5% das metas, respectivamente. Em 2007 e 2008, antes da crise financeira internacional, essa relação era de 22% e 25,7%, respectivamente.

"Está ocorrendo um retorno à normalidade. Antes da crise de 2008, a média era de 20% a 22% da meta, no acumulado dos dois primeiros meses do ano. Agora, estamos com 21,8% da meta", disse o diretor do BC.

Em 12 meses, o superávit primário está em R\$ 108,1 bilhões, próximo dos R\$ 117,9 bilhões prometidos pelo **Governo Federal** para este ano. É preciso lembrar, no entanto, que nesse saldo estão incorporados R\$ 32 bilhões da capitalização da Petrobras, que não vão se repetir nesse calendário.

Com relação ao resultado recorde dos Estados, Maciel ponderou que os dados se referem ao período de início de governo e muitos dos novos eleitos ainda estão arrumando a casa e não começaram a gastar. "Há um rearranjo de começo de governo. É natural que, no primeiro ano de governo, tenha uma arrumação das despesas", afirmou.

Apesar dos números positivos das contas públicas, as despesas com juros continuam subindo e bateram R\$ 19,111 bilhões em fevereiro, pior valor para o mês de toda série do BC. Em 12 meses, os gastos somam R\$ 205,4 bilhões, o equivalente a 5,5% do **PIB**.

Em parte, o avanço se deve ao aumento da própria base da dívida pública, que atingiu R\$ 1,491 bilhões, ou 39,9% (dívida líquida do setor público). Mas os principais fatores são o aumento da taxa Selic e da taxa de inflação no último ano.

A taxa básica de juros subiu três pontos percentuais nos últimos 12 meses, passando de 8,75% para 11,75% ao ano, em março. A Selic tem pouco

impacto sobre mais de um quarto do estoque da dívida pública. Já a escalada inflacionária, que tem efeito sobre mais da metade dos títulos (prefixados e atrelados a preços), também amplia os gastos com juros.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 4,83%, em fevereiro de 2010, para 6,01% este ano, no acumulado em 12 meses.

	VEÍCULO PORTAL DA <b>AMAZÔNIA</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Suframa divulga nota sobre denúncias de irregularidades</b>		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**MANAUS - A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), divulgou nota nesta quinta-feira ( 31) sobre matéria veiculada ontem pelos meios de comunicação, sobre processo por improbidade administrativa, envolvendo a autarquia e a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi).**

**Confira a nota completa:**

Sobre a matéria “MPF/AM processa dirigentes da **Suframa** e da **Fucapi** por improbidade administrativa” publicada nos meios de comunicação em 30 de março de 2011, a **Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA** esclarece o seguinte:

A matéria trata sobre ação de improbidade administrativa ajuizada pelo **Ministério** Público Federal em face de suposta irregularidade em processo licitatório da **SUFRAMA**, do qual foi vencedora a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (**Fucapi**).

O objeto dessa ação, à época da licitação, foi apreciado definitivamente no Mandado de Segurança nº 2008.32.00.002465-0 pela Justiça Federal e pelo **Ministério** Público Federal.

Na ocasião, O MPF/AM, pronunciou-se favorável à licitação, concluindo que: “A decisão pela **FUCAPI** foi de acordo com as regras estabelecidas no edital, baseada em um conjunto de fatores e não em apenas um isoladamente. (...) Portanto, da documentação e das informações trazidas nos autos, não há configuração de conduta que atenta contra os princípios que norteiam nosso ordenamento jurídico, uma vez que as regras contidas no edital estão compatíveis com a Lei.

Em linha de concordância com o MPF/AM, a Justiça Federal, por sua vez, julgou: “(...) de fato, nada de irregular foi verificado no procedimento licitatório questionado, tendo sido declarada vencedora a empresa que cumpriu todas as condições do edital”.

Inusitadamente, contudo, o mesmo membro do MPF/AM que se manifestou pela legalidade da licitação, contraditoriamente, propôs a mencionada ação de improbidade.

Sendo assim, os indícios de irregularidade e direcionamento do certame à **FUCAPI**, divulgados na data de ontem pelo MPF/AM, não procedem, uma vez que a **SUFRAMA** deu prosseguimento à contratação mediante manifestação favorável da Justiça Federal e do próprio **Ministério** Público Federal, após comprovação da inexistência de falhas no processo licitatório.

Todos os atos administrativos praticados pelos gestores da autarquia são fiscalizados pelos órgãos de controle interno e externo, como Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e **Ministério** Público Federal, o que garante total lisura nos seus efeitos.

É prudente que se aguarde o julgamento do processo em questão pela Justiça Federal, evitando-se fazer juízo de valor precoce.

A **SUFRAMA** tem apenas a lamentar a divulgação de informações desse cunho sem o devido comprometimento com o interesse público, pois ações como essa, além de causarem confusão na consciência da sociedade, pessoas e famílias cuja honra estejam sendo agredidas, podem gerar insegurança nas atividades desenvolvidas pela autarquia em toda sua área de atuação, principalmente no que tange à instalação de novos empreendimentos geradores de emprego, renda e qualidade de vida para a população da **Amazônia** Brasileira.

	VEÍCULO ASSESSORIA <b>SUFRAMA</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Nota de Esclarecimento <u>Suframa</u></b>		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Sobre a matéria “MPF/AM processa dirigentes da Suframa e da Fucapi por improbidade administrativa” publicada nos meios de comunicação em 30 de março de 2011, a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA esclarece o seguinte:**

A matéria trata sobre ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de suposta irregularidade em processo licitatório da SUFRAMA, do qual foi vencedora a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi),

O objeto dessa ação, à época da licitação, foi apreciado definitivamente no Mandado de Segurança nº 2008.32.00.002465-0 pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal.

Na ocasião, O MPF/AM, pronunciou-se favorável à licitação, concluindo que: “A decisão pela FUCAPI foi de acordo com as regras estabelecidas no edital, baseada em um conjunto de fatores e não em apenas um isoladamente. (...) Portanto, da documentação e das informações trazidas nos autos, não há configuração de conduta que atenta contra os princípios que norteiam nosso ordenamento jurídico, uma vez que as regras contidas no edital estão compatíveis com a Lei”

Em linha de concordância com o MPF/AM, a Justiça Federal, por sua vez, julgou: “(...) de fato, nada de irregular foi verificado no procedimento licitatório questionado, tendo sido declarada vencedora a empresa que cumpriu todas as condições do edital”.

Inusitadamente, contudo, o mesmo membro do MPF/AM que se manifestou pela legalidade da licitação, contraditoriamente, propôs a mencionada ação de improbidade.

Sendo assim, os indícios de irregularidade e direcionamento do certame à FUCAPI, divulgados na data de

ontem pelo MPF/AM, não procedem, uma vez que a SUFRAMA deu prosseguimento à contratação mediante manifestação favorável da Justiça Federal e do próprio Ministério Público Federal, após comprovação da inexistência de falhas no processo licitatório.

Todos os atos administrativos praticados pelos gestores da autarquia são fiscalizados pelos órgãos de controle interno e externo, como Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e Ministério Público Federal, o que garante total lisura nos seus efeitos.

É prudente que se aguarde o julgamento do processo em questão pela Justiça Federal, evitando-se fazer juízo de valor precoce.

A SUFRAMA tem apenas a lamentar a divulgação de informações desse cunho sem o devido comprometimento com o interesse público, pois ações como essa, além de causarem confusão na consciência da sociedade, pessoas e famílias cuja honra estejam sendo agredidas, podem gerar insegurança nas atividades desenvolvidas pela autarquia em toda sua área de atuação, principalmente no que tange à instalação de novos empreendimentos geradores de emprego, renda e qualidade de vida para a população da Amazônia Brasileira.

	VEÍCULO <b>ASSESSORIA MDIC</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Primeiro trimestre de 2011 registra saldo positivo de US\$ 3,173 bilhões</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Superávit da balança comercial é de US\$ 1,552 bilhão em março

O mês de março de 2011, com 21 dias úteis, registrou superávit de US\$ 1,552 bilhão na balança comercial, com média diária de US\$ 73,9 milhões por dia útil. No comparativo com as médias de outros meses, o valor é 152,6% maior que o registrado em março de 2010 (US\$ 29,3 milhões) e 23,3% superior ao de fevereiro último (US\$ 60 milhões).

A corrente de **comércio** (soma das **exportações** e **importações**) foi de US\$ 37,020 bilhões, com média diária de US\$ 1,762 bilhão. Houve crescimento de 31,7% em relação à média de março de 2010 (US\$ 1,338 bilhão) e aumento de 9,3% na comparação com fevereiro último (média de US\$ 1,613 bilhão).

As vendas brasileiras ao **mercado** externo foram de US\$ 19,286 bilhões (média diária de US\$ 918,4 milhões). Por este comparativo, o número é 34,3% superior à média de US\$ 683,8 milhões do mês de março de 2010 e está 9,8% acima da média de fevereiro deste ano (US\$ 836,7 milhões).

As aquisições no exterior foram de US\$ 17,734 bilhões (média de US\$ 844,5 milhões). A média é 29% maior que a de março do ano passado (US\$ 654,6 milhões). Já na comparação com o resultado médio de fevereiro de 2011 (US\$ 776,7 milhões), os gastos no **mercado** externo também registraram aumento de 8,7%.

#### Semanas

Nos cinco dias úteis (21 a 27) da quarta semana de março, as **exportações** brasileiras foram de US\$ 4,616 bilhões (média diária de US\$ 923,2 milhões) e as **importações** foram de US\$ 4,339 bilhões (média de US\$ 867,8 milhões). Houve, portanto, saldo positivo de US\$ 277 milhões e média diária

de US\$ 55,4 milhões por dia útil. A corrente de **comércio** na quarta semana foi de US\$ 8,955 bilhões, com média de US\$ 1,791 bilhão.

A quinta semana do mês, com quatro dias úteis (28 a 31), teve superávit de US\$ 534 milhões (média diária de US\$ 133,5 milhões), com **exportações** de US\$ 3,760 bilhões (resultado médio diário de US\$ 940 milhões), e com **importações** de US\$ 3,226 bilhões (média de US\$ 806,5 milhões). A corrente de **comércio** chegou a US\$ 6,986 bilhões, com média de US\$ 1,746 bilhão.

#### Trimestre

No primeiro trimestre de 2011, o superávit da balança comercial chega a US\$ 3,173 bilhões (média diária de US\$ 51,2 milhões). O resultado é 253,9% maior que o verificado no mesmo período do ano passado (média diária de US\$ 14,5 milhões). Nos 62 dias úteis de 2011, a corrente de **comércio** somou US\$ 99,293 bilhões (média diária de US\$ 1,601 bilhão), com aumento de 25,9% sobre a média do mesmo período do ano passado (US\$ 1,271 bilhão).

No acumulado do ano, as **exportações** alcançaram US\$ 51,233 bilhões (média diária de US\$ 826,3 milhões), resultado 28,5% acima do verificado no mesmo período de 2010, que teve média diária de US\$ 643,1 milhões. O resultado anual acumulado das **importações** também está 23,3% maior em relação ao ano passado (média diária de US\$ 628,7 milhões). No trimestre, as **importações** chegam a US\$ 48,060 bilhões (média diária de US\$ 775,2 milhões).

Às 15h30, o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** divulga nota com informações completas sobre o período e haverá entrevista coletiva no auditório para comentar os resultados.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>BRASIL DESPONTA COMO NOVO POLO DE INOVAÇÃO</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Mas falta de agilidade do sistema regulatório pode comprometer a atratividade do país perante outros países emergentes**

A mudança em curso na indústria farmacêutica global faz com que as grandes empresas olhem para os países emergentes com mais atenção e o **Brasil** começa a se destacar nesse cenário. Com isso, aumentam as chances de uma reversão do quadro de baixa **produção** de pesquisas que o país apresenta.

"A oportunidade que o **Brasil** tem agora de investir em inovação em ciências da vida é imperdível", afirma Antonio Britto, presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma). Segundo ele, o país dispõe de ilhas de excelência na **produção** de ciência em quase todas as áreas da Medicina, além de contar com regras bem definidas constitucionalmente.

"O problema é que o **Brasil** não assume a inovação como um esporte nacional", diz. Neste sentido, Britto destaca a necessidade de o país criar mecanismos que centralizem ações de diversas instituições voltadas ao incentivo à inovação, hoje dispersas em vários **Ministérios**. Outro ponto central giraria em torno do fortalecimento de órgãos como o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Conselho Nacional de Saúde (Conep). "Se nós conseguirmos esses avanços, o **Brasil** vai de fato conseguir disputar a corrida da inovação como mundo", afirma.

Um ponto favorável em prol do **desenvolvimento** de conhecimento no país, segundo o executivo, tem sido a aproximação entre indústrias e instituições acadêmicas, ainda pouco usual na cultura brasileira. Neste contexto, as pesquisas em doenças tropicais também devem crescer no país, visto que

o **Brasil** apresenta demanda por medicamentos em áreas delas, como malária, febre amarela, dengue, entre outros.

O aumento da troca de conhecimento com instituições acadêmicas no exterior também tem contribuído para que o país se exponha positivamente em âmbito internacional. "O **Brasil** busca posicionamento de maior destaque em várias áreas do saber e os pesquisadores brasileiros têm mostrado grande capacidade de colaborar internacionalmente", afirma Fábio Thiers, otorrinolaringologista formado pela Universidade Federal de Pernambuco, que há mais de uma década participa do **desenvolvimento** de pesquisas médicas na Universidade de Harvard e no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). O número de doutores diplomados no **Brasil** cresceu de 554, em 1981, para cerca de 12 mil, no ano passado.

Na avaliação de Thiers, o governo tem cumprido seu papel e os centros de pesquisa começam a se mover para geração de inovação. "Isso gera potencial para que empresas estrangeiras invistam mais, para que haja mais parcerias, mas ainda falta fortalecimento e agilização do sistema regulatório", diz. Neste aspecto, a sugestão do especialista toma como base o **desenvolvimento** de um plano plurianual ambicioso para a saúde, baseado em estudo de viabilidade econômica. C.B.



VEÍCULO  
FOLHA.COM

EDITORIA

TÍTULO

**Zona Franca de Manaus nega irregularidades de Superintendente**

ORIGEM  
PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

ENFOQUE  
POSITIVO

VEICULAÇÃO  
NACIONAL

**KÁTIA BRASIL**

**DE MANAUS**

A **Suframa** (**Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus**) divulgou nota nesta quinta-feira afirmando que não procedem as irregularidades levantadas pelo **Ministério** Público Federal contra a **Superintendente Flávia Grosso** e dirigentes da **Fucapi** (Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica), ambos suspeitos de improbidade administrativa.

Ontem, a Procuradoria informou que instaurou ação na Justiça Federal contra Grosso e dirigentes da **Fucapi** por suspeitas de lesar o patrimônio público e enriquecimento ilícito.

O **Ministério** Público apurou que uma licitação de 2008 da **Suframa** foi direcionada à **Fucapi**. O contrato, de prestação de serviços técnicos e de assessoria, onerou os serviços como "uma verdadeira orgia com o dinheiro público", afirmou o órgão.

Em nota, a **Suframa** diz que recebeu manifestação favorável da Justiça Federal e do próprio **Ministério** Público Federal, após comprovação da inexistência de falhas no processo licitatório.

A **Suframa** disse ainda que as informações divulgadas pelo MP "causam confusão na consciência da sociedade e gerar insegurança nas atividades desenvolvidas pelo órgão".

Em março, por ação também da Procuradoria, a Justiça Federal bloqueou bens de **Flávia Grosso** e de mais quatro pessoas, depois de uma investigação em um contrato com o Cieam (Centro das Indústrias do Estado do **Amazonas**).

Grosso foi a primeira mulher a assumir a **Superintendência**, em 2003. Seu nome ainda não foi confirmado para continuar à frente da **Suframa** no governo Dilma Rousseff.

	VEÍCULO PORTAL A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Suframa diz que denúncia não tem interesse com o comprometimento público</b>		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**A denúncia do MPF/AM foi feita ontem à Justiça Federal. No documento constam improbidades administrativas que vão desde a elaboração do projeto básico de licitação até a liquidação da despesa em contrato firmado entre a Suframa e a Fucapi**

acritica.com

A **Superintendente Flávia Grosso** está no cargo desde 2003 (Euzivaldo Queiroz )

A **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**) informou, hoje, que a denúncia de improbidade administrativa feita contra os dirigentes e servidores da instituição e da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (**Fucapi**) por improbidade administrativa não procedem, uma vez que, o próprio MPF se manifestou favorável ao processo licitatório.

Em nota divulga à imprensa, a instituição diz que “apenas lamenta a divulgação de informações desse cunho sem o devido comprometimento com o interesse público, pois ações como essa, além de causarem confusão na consciência da sociedade, pessoas e famílias cuja honra estejam sendo agredidas, podem gerar insegurança nas atividades desenvolvidas pela autarquia”.

A denúncia do MPF/AM foi feita ontem à Justiça Federal. No documento constam improbidades administrativas que vão desde a elaboração do projeto básico de licitação até a liquidação da despesa em contrato firmado entre a **Suframa** e a **Fucapi**. As ilegalidades foram identificadas pelo **Ministério** na licitação e contratação da **Fucapi** para prestar serviços técnicos especializados em assessoramento nas diversas áreas de atuação da **Suframa**, o que causou um lucro ilícito e prejuízo aos cofres públicos, tendo em vista apenas o direcionamento da licitação para a fundação.

A **Suframa** informa que o contrato firmado com a **Fucapi** foi feito mediante manifestação favorável da Justiça Federal e do próprio **Ministério** Público Federal, após comprovação da inexistência de falhas no processo licitatório.

#### **Manifestação**

Na nota, a instituição cita um trecho da manifestação do MPF: “A decisão pela **Fucapi** foi de acordo com as regras estabelecidas no edital, baseada em um conjunto de fatores e não em apenas um isoladamente. (...) Portanto, da documentação e das informações trazidas nos autos, não há configuração de conduta que atenta contra os princípios que norteiam nosso ordenamento jurídico, uma vez que as regras contidas no edital estão compatíveis com a Lei”.

Na ocasião, segundo a **Suframa**, a Justiça Federal julgou: “(...) de fato, nada de irregular foi verificado no procedimento licitatório questionado, tendo sido declarada vencedora a empresa que cumpriu todas as condições do edital”.

De acordo com a **Superintendência**, o objeto da ação, à época da licitação, foi apreciado definitivamente no Mandado de Segurança nº 2008.32.00.002465-0 pela Justiça Federal e pelo **Ministério** Público Federal.

Finalizando, a **Suframa** alega que “todos os atos administrativos praticados pelos gestores da autarquia são fiscalizados pelos órgãos de controle interno e externo, como Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e **Ministério** Público Federal, o que garante total lisura nos seus efeitos”. Para a instituição, “é prudente que se aguarde o julgamento do processo em questão pela Justiça Federal, evitando-se fazer juízo de valor precoce”.

	VEÍCULO PORTAL A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Deputado federal Francisco Praciano vai pedir intervenção da <u>Suframa</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE NEGATIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Reunião com ministro Fernando PIMentel acontece na próxima terça-feira, em Brasília, segundo Praciano**

**Aristide Furtado e Audrey Bezerra**

**Praciano diz que vai pedir apoio da bancada do Amazonas (Divulgação/A Crítica)**

O deputado federal Francisco Praciano (PT) prometeu, hoje, pedir a intervenção da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) durante reunião com ministro da Indústria e Comércio, Fernando PIMentel, marcada para a próxima terça-feira, dia 5 de abril. O pedido, segundo ele, tem como base as denúncias contra a Suframa feita pelo Ministério Público Federal do Amazonas (MPF/AM).

“Vamos pedir com base nessas denúncias e outras que não são de conhecimento público. Está havendo uma orgia com o dinheiro público”, afirmou. Praciano disse ainda que

pretende chamar os parlamentares da bancada do Amazonas no Congresso Nacional para participar da reunião com o ministro. Para ele, o governo não pode ignorar as denúncias feitas pelo Ministério Público Federal.

Ontem, o MPF/AM encaminhou à Justiça Federal, um processo contra os dirigentes e servidores da Suframa e da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi) por improbidade administrativa, que vão desde a elaboração do projeto básico de licitação até a liquidação da despesa em contrato firmado entre a Suframa e a Fucapi.

As ilegalidades foram identificadas pelo MPF/AM na licitação e contratação da Fucapi para prestar serviços técnicos especializados em assessoramento nas diversas áreas de atuação da Suframa, o que causou um lucro ilícito e prejuízo aos cofres públicos, tendo em vista apenas o direcionamento da licitação para a fundação.